

**CONTRATO Nº 11/2016, ENTRE SI CELEBRAM
O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO
DISTRITO FEDERAL - SLU/DF E A EMPRESA
GAE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA,
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA
FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA SOB O
REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO
UNITÁRIO, NA FORMA ABAIXO:**

**Processo nº 094.000.635/2016 (SLU)
Processo nº 092.00.710/2016 (CAESB)**

O **SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL-SLU/DF**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.567.525/0001-76, com sede em Brasília-DF, CSC Quadra 08, Bloco "B-50", 9º andar, representado pela Diretora-Presidente **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, divorciada, portadora do CI nº M-417.159- SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, residente e domiciliada nesta Capital, e a Diretora de Administração e Finanças, **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, casada, portadora da CI nº 3.282.482 SSP/DF e CPF nº 369.946.503-91, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado, a Empresa **GAE CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº 02.083.764/0001-13, com sede na Rua 31, nº 150, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.805.340, Filial em Brasília/DF, situada na Colônia Agrícola Vicente Pires, Rua 04, Chácara 110, Taguatinga/DF doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **DANIEL JEAN LAPERCHE**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na cidade de Goiânia/GO, RG nº 735.828 SSP/GO e CPF nº 167.189.251-87, na qualidade de Diretor Técnico, tendo em vista a Homologação e Adjudicação da Licitação na modalidade de **Concorrência Pública nº 004/2016-CAESB** às fls.228 a 294, do **Processo nº 092.000710/2016**, têm entre si justa e avençada a celebração do presente contrato, vinculando-se as partes ao Edital, à Proposta da CONTRATADA, a Lei Complementar nº 123/2006, ao Decreto Distrital nº 26.851/2006, a Lei nº 5.014/2013, a Lei 5087/2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações além das demais Normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de execução das obras de implantação da **Estação Elevatória de Chorume, produzidos pela Central de Resíduos Sólidos -CTRS, juntamente com sua linha de recalque, emissário, sifão invertido e tanque de segurança em Samambaia, Distrito Federal**, de conformidade com as especificações e instruções constantes do Edital de CP nº 004/2016 e seus anexos que, independentemente de transcrição, passam a integrar este instrumento.

Cláusula Segunda - Fontes De Recurso/Dotação Orçamentária

- I. Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 04/2015-SLU/DF e correrão a conta do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal conforme a seguir:
Unidade Orçamentária: 22214
Programa de Trabalho: 15.452.6210.3101.0003
Natureza da Despesa: 44.90.51
Fonte de Recurso: 100

Cláusula Terceira - Preço/Valor

- I. Pela execução do objeto definido na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes de sua proposta, nos quais, obrigatoriamente, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, impostos, tarifas, fretes e outras quaisquer despesas que se fizerem necessárias).
- II. As partes estimam o valor deste contrato em **R\$ 2.901.242,83** (dois milhões, novecentos e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos).
- III. Coeficientes apresentados pela Contratada na Proposta Comercial Fator $K=0,97803$ – BDI (materiais) = 15,28% -BDI(serviços) = 23,52%
- IV. O valor do contrato será o valor resultante da multiplicação do coeficiente multiplicador “K” x BDI_{propostos} pela CONTRATANTE pelos custos unitários estimados, sem BDI, sobre os materiais/equipamentos e serviços, uma vez que as taxas da Bonificação por Despesas Indiretas – BDI são diferenciadas, conforme edital.

$$P = (S_1 \times T_{x1} + S_2 \times T_{x2}) \times K_{\text{ofertado}}$$

$$T_{x1} = 1 + (\text{BDI}_{\text{materiais/equipamentos}}/100)$$

$$T_{x2} = 1 + (\text{BDI}_{\text{serviços}}/100)$$

Onde:

P: Preço Proposto

BDI_{materiais/equipamentos}: é a taxa de Bonificação por despesas indiretas para o fornecimento de materiais e equipamentos pela empresa CONTRATADA;

BDI_{serviços}: é a taxa de Bonificação por despesas indiretas para execução de serviços, declarada pela CONTRATADA;

S₁: é o somatório de todos os custos totais de serviços e orçamentos fornecidos pela CONTRATANTE sem taxa de BDI estimada pela CONTRATANTE;

T_{x1}: é a taxa de Bonificação por Despesas Indiretas- BDI declarada pela CONTRATADA para aquisição de materiais e equipamentos;

S₂: é o somatório de todos os preços totais de serviços dos orçamentos fornecidos pela CONTRATANTE sem a taxa de BDI estimada pela CONTRATANTE;

T_{x2}: é a taxa de Bonificação por Despesas Indiretas – BDI declarada pela empresa CONTRATADA para “serviços”;

K_{ofertado}: é o coeficiente “K” declarado pela CONTRATADA.

Observação: As taxas de BDI de materiais e equipamentos incidirão exclusivamente quando o item do orçamento ou a composição de custos não fizer referência à execução de serviços.

Cláusula Quarta - Prazo De Execução/Vigência

- I. O prazo para execução de todos os serviços é de **300 (trezentos) dias consecutivos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedida pela CONTRATADA.
- II. O prazo de vigência do contrato será de **405 (quatrocentos e cinco) dias consecutivos**, contado a partir da assinatura do ajuste. Esse prazo superior ao prazo de execução dos serviços é para atender a área interna da CONTRATANTE e encerramento do contrato e do processo.
- III. Os prazos acima ajustados poderão ser prorrogados nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta - Reajustamento

- I. Em período inferior a 01 (um) ano os preços serão fixos e irrevogáveis de acordo o § 1º, do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001, publicada no DOU em 16/02/2001.
- II. Ultrapassada a periodicidade acima mencionada, os preços propostos serão reajustados de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento

V = Valor Sujeito a Reajustamento

I1 = Índice correspondente ao mês de aniversário da proposta, ou seja, 1º ano, 2º ano, 3º ano e assim sucessivamente, contrato da data da apresentação da proposta.

I0 = Índice correspondente ao mês da apresentação da proposta que deu origem ao contrato.

Para os índices I1 e I0 serão adotados:

Para materiais e equipamentos: a variação do ICCB - Índice de Custo da Construção - Brasília, Coluna 19, da RCE-FGV - Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, conforme Norma de condições gerais financeiras para fornecimento de materiais e serviços da CONTRATANTE - ND.SFI.003.

Para serviços: a variação do ICCB - Índice de Custo da Construção - Brasília, Coluna 20, da RCE-FGV - Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, conforme Norma de condições gerais financeiras para fornecimento de materiais e serviços da CONTRATANTE - ND.SFI.003.

Cláusula Sexta - Garantia

- I. Para garantia deste ajuste, a CONTRATADA **recolherá no Núcleo de Tesouraria (NUTES) da CONTRATANTE, situada no SCS, Quadra 08, Bloco B-50, Sala 641, 6º Andar, Edifício Venâncio 2.000**, em qualquer uma das modalidades previstas no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, caução de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, **até o máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura** do termo respectivo e antes da protocolização da primeira fatura.
- II. O total caucionado será liberado ou restituído após o término do prazo de vigência do contrato, desde que não haja obrigação civil ou criminal cominada à CONTRATADA, decorrente direta ou indiretamente deste contrato, depois de verificada a quitação de eventuais multas e débitos contratuais.

Cláusula Sétima - Obrigações Da CONTRATANTE

Além de outras previstas no Ato Convocatório, a CONTRATANTE facultará à CONTRATADA o conhecimento e a utilização de documentação técnico-administrativa, quando necessário ao desenvolvimento dos serviços.

Cláusula Oitava - Obrigações Da CONTRATADA

- I. Além das outras previstas no Ato Convocatório, a CONTRATADA obrigará-se-á:
 - a) responder de maneira plena, absoluta, exclusiva e inescusável pelos serviços contratados e seu perfeito cumprimento;
 - b) conduzir os serviços, ora contratados, com estrita obediência às leis, regulamentos e normas pertinentes à matéria;
 - c) desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE, acatando

as decisões da Fiscalização;

- d) prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção ou revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos;
- e) resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos e lucros cessantes de qualquer natureza, decorrentes dos serviços executados por força deste contrato;
- f) manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no CP nº 004/2016-CAESB, em compatibilidade com as obrigações por este assumidas;

Cláusula Nona - Fiscalização

- I. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços por meio do Serviço de Limpeza Urbana- SLU e para esse fim designará servidores devidamente credenciado, com poderes para:
 - a) controlar contínua e permanentemente o desenvolvimento dos trabalhos;
 - b) sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com as especificações e condições estabelecidas;
 - c) decidir todas as questões surgidas, inclusive quanto aos seus aspectos técnicos e aplicação de sanções administrativas;
 - d) aceitar, na hipótese de força maior ou caso fortuito, as alterações na sequência dos trabalhos e no cumprimento dos prazos estabelecidos;
 - e) suspender, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a execução dos serviços em andamento, liberando para pagamento os serviços comprovadamente executados e aceitos.

Cláusula Décima - Sanções Administrativas

Das Espécies

- 1. A contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos n.º 26.993, de 12/07/2006, n.º 27.069, de 14/08/2006 e n.º 35.831 de 22/09/2014:
 - I. advertência;
 - II. multa;
 - III. suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
 - 2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- I. Advertência**
- 1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:
 - a) Pela CONTRATANTE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
 - b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da